



Ata de Audiência Pública Nº 001/2013

Ata da 1ª Audiência Pública do ano de 2013, correspondente à Prestação das Contas do Município de Papanduva, realizada em 28 de maio de 2013 às 18:00 horas

Em 28 de maio de 2013, às 18:00 horas na Sede da Câmara Municipal de Papanduva, o Senhor Vereador **Alois Mikalovicz**, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, cumprimentando a todos os internautas e presentes, declarou aberta a presente Audiência Pública da prestação de contas do município, referente ao **1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2013**, abordando que esta Audiência Pública atende a exigência do Art. 9º, parágrafo 4º da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). Na seqüência o Senhor **Alois Mikalovicz**, passou a palavra para os representantes do Poder Executivo, responsáveis pela apresentação das informações patrimoniais, financeiras e orçamentárias do município. O senhor **Fábio José Padilha, Secretário Municipal da Administração de Papanduva**, assumiu a responsabilidade pela continuação da audiência, cumprimentou todos os presentes e internautas e repassou a palavra ao Prefeito Municipal, que após cumprimentar a população, informou que além de estarem nesta oportunidade para cumprir legislação, também está sendo levada a transparência das informações do município aos cidadãos papanduvenses. O Senhor **Fábio José Padilha** retomando o uso da palavra, começou a exposição das informações, declarando que objetivo de sua presença era de, apresentar a prestação de contas do município de Papanduva, referente ao **1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2013**, atendendo assim a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inicialmente foi focado o Princípio do Equilíbrio Orçamentário, onde foi esclarecido a todos os presentes que o montante das receitas devem sempre estar equilibrado ao montante das despesas. Com relação aos valores do **1º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2013**, o Senhor **Fábio José Padilha** comentou que a previsão da **RECEITA** para o período de janeiro à abril era de **R\$ 11.701.000,00** e que foram arrecadadas **R\$ 12.534.738,56**, sendo arrecadado **R\$ 833.738,56** a mais que o previsto; as **DESPESAS** foram autorizadas em **R\$ 11.212.000,00**, e executadas em **R\$ 10.441.238,52**, sendo **R\$ 770.761,48** a menos que a despesa autorizada; resultando assim, através do comparativo entre as receitas e as despesas no cumprimento das metas, um **SUPERÁVIT** de **R\$ 2.093.500,04**, ou seja, a arrecadação foi maior que as despesas. Com relação às metas do **RESULTADO PRIMÁRIO**, este era previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) em (-) **R\$ 1.090.000,00** e o realizado foi de **R\$ 2.717.983,08**, totalizando um resultado de (-) **R\$ 3.807.983,08**. O **RESULTADO NOMINAL** era previsto em (-) **R\$ 55.000,00** e o realizado foi de (-) **R\$ 201.612,99**, totalizando um resultado de (+) **R\$ 256.612,99**. O Senhor **Fábio José Padilha** também abordou os **GASTOS COM INVESTIMENTOS**, os quais estavam previstos até o mês de abril em **R\$ 2.103.000,00** e foram executados **R\$ 729.034,75**, restando uma diferença a executar de **R\$ 1.373.965,25**, onde o valor é baixo devido financiamentos previstos e que ainda não foram contratados. Na **SAÚDE**, foi informado que o mínimo a ser gasto é 15% da receita tributária do município, equivalente a **R\$ 1.226.192,74**, neste período foram gastos 25,25% equivalente a **R\$ 2.064.462,43**, ou seja, foram aplicados **R\$ 838.269,69** a mais que o mínimo exigido pela Constituição Federal, onde este gasto esta sendo realizado bem acima do limite mínimo devido ao investimento que o município tem interesse de fazer na sociedade através desta área tão importante. Na **EDUCAÇÃO** foram gastos 22,72% equivalente a **R\$ 1.861.163,50**, onde o mínimo a ser gasto é de 25% da receita do município, equivalente a **2.047.267,13** neste período, ou seja, foram aplicados **R\$ 186.103,63** a menos que o mínimo exigido pela



Constituição Federal, devido aos gastos com educação no início do ano reduzirem devido as férias dos alunos nos meses de janeiro e fevereiro, sendo que muito logo existe a possibilidade do ajuste deste índice. Com relação ao **FUNDEB**, o mínimo a ser gasto na valorização do magistério é de **60%**, equivalente a **R\$ 963.325,79** neste período, sendo gasto **61,44%**, equivalente a **R\$ 984.231.65**, ou seja, foram aplicados **R\$ 18.526,98** a mais que o mínimo exigido por lei. O Senhor Fábio José Padilha também comentou sobre as **DESPESAS COM PESSOAL** do Poder Executivo, onde o máximo a ser gasto da Receita Corrente Líquida média dos últimos 12 meses (**Maio/2012 à abril/2013**) é de **54%** correspondente a **R\$ 16.684.020,84**, porém foram gastos **46,23%**, equivalente a **R\$ 14.282.162,53**, ou seja, foram aplicados **R\$ 2.401.858,31** a menos que o limite máximo estipulado em lei, o aumento que ocorreu no índice das despesas foram devidos ao reajuste e a revisão geral anual que foi concedida aos servidores municipais no início deste ano. Com relação a **DESPESAS COM PESSOAL** no Poder Legislativo o máximo ser gasto da Receita Corrente Líquida do município, média dos últimos 12 meses é de **6%** equivalente a **R\$ 1.853.780,09** neste período, porém foram gastos **2,34%**, representando **R\$ 722.788,62**, ou seja, foram gastos **R\$ 1.130.991,47** a menos que o limite legal. Sobre a **ALIENAÇÃO DE ATIVOS** ou venda de bens móveis do município, foi afirmado que no período esta possuía um saldo anterior de **R\$ 1.446,14**, não houve receita, e o saldo está aplicado originando um rendimento no valor de **R\$ 13,55**, não houve aplicação em investimentos, resultando em um saldo a aplicar de **R\$ 1.459,69**. Referente à **DÍVIDA FLUTUANTE**, esta possuía saldo anterior de **R\$ 2.756.862,10**, no decorrer do período houve a inscrição de **R\$ 1.252.879,97**, e foram pagas **R\$ 2.119.954,72**, onde o saldo a pagar ficou em **R\$ 1.889.787,35**, nesta oportunidade foi informado que os valores referente a esta dívida são basicamente os valores das receitas extra-orçamentárias, que são retidas de alguma fonte, mas que futuramente precisam ser repassadas para alguma entidade. Com relação à **DÍVIDA FUNDADA INTERNA**, a qual diz respeito a financiamentos condizentes a aquisição de equipamentos, esta possuía um saldo inicial de **R\$ 849.447,06**, houve a inscrição de **R\$ 523.353,32**, e foram pagos até o mês de **abril R\$ 50.516,69**, restando um saldo de **R\$ 1.322.283,69**. Na sequencia o Senhor Fábio José Padilha, agradeceu a todos pela oportunidade de prestar as informações, informando que foi o Sistema de Controle Interno, a Contabilidade e a Secretaria de Administração do município foram responsáveis pela elaboração e apresentação das informações. Na seqüência foi aberto espaço para o público fazer questionamentos, porém não houve manifestações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Alois Mikalovicz, Membro da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Papanduva, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência Pública. A lista de presença em anexo possui valor de confirmação de presença das pessoas participantes. Plenário da Câmara Municipal de Papanduva, em 28 de maio de 2013.

Comissão de Finanças e Orçamento

João de Oliveira Lopes

Presidente

Alois Mikalovicz

Membro

Valdecir Vaneski

Membro

CÂMARA DE VEREADORES DE PAPANDUVA

Poder Legislativo Municipal – CNPJ: 83.493.726/0001-30

Rua Sérgio Glevinski, 78, Caixa Postal 05 – Centro

89370-000 – Papanduva – SC – Telefone: (47) 3653 2721 – Fax: (47) 3653 2093

www.cmpapanduva.sc.gov.br – e-mail: camara@cmpapanduva.sc.gov.br